

## POLÍTICA ESPECÍFICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL\*

### 1. Área Responsável

---

1.1. Gerência Executiva Gestão de Riscos.

### 2. Abrangência

---

2.1. A Política Específica de Gerenciamento de Risco Operacional (“Política”) orienta o comportamento da BB DTVM (“Companhia”).

### 3. Regulamentação

---

3.1. A presente Política tem como principais referenciais normativos:

- Resolução CMN nº 4.557/2017 de 23 de fevereiro de 2017;
- Instrução CVM nº 558 de 26 de março de 2015; e
- Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Fundos de Investimento.

### 4. Periodicidade de Revisão

---

4.1 Esta Política deverá ser revisada no mínimo a cada ano ou, extraordinariamente, a qualquer tempo – observando eventuais alterações legais, normativas ou estatutárias, e revisões à Política Específica de Risco Operacional do Banco do Brasil S.A. – sendo submetida às instâncias competentes, conforme previsão estatutária, para deliberação.

### 5. Introdução

---

5.1. **Objeto:** o objetivo desta Política é descrever o modelo de gestão do risco operacional adotado pela BB Gestão de Recursos DTVM como administrador fiduciário e gestor de recursos para fundos de investimentos e carteiras administradas, com o objetivo de orientar a gestão do risco operacional para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos produtos, processos e serviços.

#### 5.2. Conceitos:

5.2.1. A BB DTVM conta com uma Gerência Executiva de Gestão de Riscos, da qual faz parte a Divisão Gestão de Riscos Corporativos, composta por funcionários dedicados ao gerenciamento do risco operacional.

5.2.2. O Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos e o Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos são os fóruns responsáveis pelas deliberações envolvendo a definição das estratégias e tratamento dos riscos operacionais. As reuniões do Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos ocorrem ordinariamente mensalmente, as reuniões do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos ocorrem ordinariamente a

cada dois meses e são produzidos reportes específicos de risco operacional para conhecimento e deliberação por parte de seus integrantes; e

5.2.3. Entendemos como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

## **6. Enunciados**

---

6.1. Buscamos o alinhamento dos modelos, processos e instrumentos com as áreas de risco operacional do Banco do Brasil, sem prejuízo no que diz respeito ao estabelecimento de regras e práticas próprias para o gerenciamento do risco operacional da Companhia.

6.2. Como Subsidiária Integral do Banco do Brasil S.A., estamos sujeitos à avaliação periódica quanto à estrutura e processos de gerenciamento do risco operacional pelas áreas afins do Controlador.

6.3. Os procedimentos, técnicas, metodologia e instrumentos para o gerenciamento do risco operacional estão contemplados no Manual de Gerenciamento dos Riscos Corporativos.

6.4. Identificamos, mensuramos e avaliamos possíveis riscos operacionais previamente ao lançamento de produtos e serviços e ao longo dos seus ciclos de vida, por meio de instrumentos institucionais.

6.5. Identificamos, mensuramos e avaliamos os riscos operacionais associados aos processos internos da organização, identificamos as fragilidades segundo seus fatores de risco e classificamos o grau de risco dos eventos a partir de critérios qualitativos e/ou quantitativos.

6.6. Estabelecemos métodos e procedimentos para a gestão de risco operacional das atividades exercidas pela Companhia, observando a regulação pertinente, a orientação do Controlador e as melhores práticas.

6.7. Mantemos registro de dados de perdas operacionais que incorporam os principais atributos dos eventos de perdas e de quase perdas, de acordo com critérios objetivos e transparentes à organização e alinhados ao Controlador.

6.8. Adotamos estrutura de gerenciamento de riscos que tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional da BB DTVM.

6.9. Reportamos periodicamente aos escalões competentes da Companhia e às áreas afins do Controlador as informações sobre a exposição ao risco operacional, a evolução das perdas operacionais e das provisões para demandas contingentes (PDC).

6.10. Realizamos a divulgação pública de informações, na forma da legislação, de forma a dar visibilidade à estrutura e ao gerenciamento do risco operacional aos investidores e demais interessados.

6.11. Realizamos ações de disseminação das políticas e da cultura de gestão do risco operacional na Companhia e, quando aplicável, junto aos parceiros, colaboradores e terceiros contratados.

6.12. Tratamos os assuntos de risco operacional em fóruns periódicos, com participação da Diretoria da Companhia.

6.13. Mantemos documentação pertinente às decisões emanadas da alta administração relacionada ao gerenciamento do risco operacional, que são armazenadas por área específica da Companhia.

6.14. Controlamos e mitigamos os riscos operacionais e provemos instrumentos e informações para análise e tomada de decisões pela alta administração.

6.15. Monitoramos continuamente o processo de gestão do risco operacional e propomos ações para mitigação do risco operacional e para a eficiência operacional.

6.16. Definimos limites de exposição ao risco operacional visando sua mitigação ou absorção.

6.17. Identificamos e acompanhamos o risco operacional associado aos sistemas de informação utilizados pela Companhia.

6.18. Identificamos e acompanhamos o risco operacional dos serviços terceirizados classificados como relevantes para o funcionamento regular do negócio da Companhia.

6.19. Identificamos e tratamos os casos de fraudes, internas ou externas, segundo premissas internas de conduta ética e de forma alinhada aos normativos do Controlador.

6.20. Verificamos a estrutura de gestão dos riscos operacionais por auditoria interna realizada pelo Controlador conforme Convênio de Ressarcimento de Despesas e Rateio de Custos Diretos e Indiretos, celebrado entre as partes.

## **7. Aprovação**

---

7.1. Instância deliberativa competente: Conselho de Administração.

7.2. Data da última revisão: 23.10.2020.